

A EFETIVIDADE DO PROGRAMA AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA AMAZÔNIA PARAENSE

DENIS SILVA DORIGUETTO

Universidade Federal Rural da Amazônia

FIRMO DA SILVA FILHO

Universidade Federal Rural da Amazônia

MICHEL CARVALHO RIBEIRO

Universidade Federal Rural da Amazônia

DILNAIRA DE OLIVEIRA LOPES

Universidade Federal Rural da Amazônia

Resumo

Buscou-se neste trabalho analisar a efetividade do programa Auxílio Inclusão Digital, executado no período da Pandemia de Covid-19 na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), Campus Tomé-Açu, Estado do Pará. O método de pesquisa é qualitativo, com abordagem descritiva e exploratória. Para a estratégia de coleta de dados, utilizou-se o estudo de caso, sendo que a técnica de coleta de dados se deu por meio de formulário digital pelo aplicativo Google Forms®, enviado diretamente aos alunos ativos da Ufra, que foram beneficiários do referido programa. A população era de 241 alunos, sendo que a amostra utilizada foi de 88 discentes. Os resultados demonstraram que os usuários do Programa Auxílio Inclusão Digital sentiram-se satisfeitos, evidenciando, assim, a efetividade do programa. Espera-se com os resultados da pesquisa compreender a realidade acadêmica no período de isolamento social, avançar nas pesquisas sobre a eficácia de programas de assistência estudantil ofertados por instituições públicas de ensino superior e contribuir para a reflexão na melhoria das estratégias de gestão de recursos em políticas públicas de ensino.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Covid-19. Amazônia.

1 INTRODUÇÃO

O estado de emergência global decorrente da pandemia do coronavírus trouxe grandes desafios à humanidade. Nesse sentido, trouxe à tona desafios quanto ao acesso à educação no Brasil. Além disso, se evidenciou a necessidade de repensar os sistemas educacionais de modo a fortalecer os direitos sociais, culturais e econômicos. No entanto, tais entraves não são exclusivamente oriundos da pandemia, mas sim resultados de uma trajetória política-institucional que não priorizou a educação como direito constitucional.

O período pandêmico trouxe à tona os desafios de acesso e permanência à educação brasileira, em particular no ensino superior. Em um contexto de dificuldades estruturais já conhecidos na realidade brasileira, a educação viu-se desafiada a pensar em estratégias e metodologias para garantir a continuidade do ensino durante o período desafiador. Muito já se estudou sobre os impactos da pandemia na educação, mas ainda há espaço para compreender a eficácia das políticas públicas adotadas e a percepção dos beneficiários sobre essas estratégias. É sobre essa lacuna que o presente trabalho se propõe a refletir.

A relevância desta pesquisa se deu pelos impactos que a pandemia da Covid-19 provocou nos diversos campos da sociedade, a partir do isolamento social e suspensão das

atividades em diversos setores, especialmente das consequências sofridas pela educação com o cancelamento dos períodos letivos e utilização do ensino remoto como alternativa.

Para compreender a estratégia da UFRA em garantir as atividades de ensino, estabeleceu-se a seguinte problemática: Houve efetividade do Programa Auxílio Inclusão Digital, na percepção dos discentes beneficiados da UFRA, campus Tomé-Açu?

Pretendeu-se com os resultados encontrados lançar luz sobre o uso dos recursos públicos para estratégias educacionais na pandemia de Covid-19 e compreender, na perspectiva do beneficiário, se sentiram-se satisfeitos com o recebimento do benefício.

2 SEÇÃO TEÓRICA

2.1 A Pandemia de Covid-19

O surto de Covid-19 iniciou em 31 de dezembro de 2019, quando a China reportou à Organização Mundial de Saúde (OMS), a ocorrência de vários casos graves de pneumonia em Wuhan, na província de Hubei. Sá (2020) informou que a doença ainda era desconhecida, mas com suspeitas de origem zoonóticas, devido aos primeiros casos confirmados serem de pessoas que trabalhavam e frequentavam o Mercado Atacadista de Frutos do Mar na região, onde também eram vendidos animais vivos. No Brasil o primeiro caso registrado foi em 26 de fevereiro de 2020 (Sá).

Em função dos níveis crescentes, acelerada propagação e pela gravidade do vírus em muitos países, o surto foi decretado pela OMS como uma pandemia (Sá, 2020). No dia 13 de março de 2020, a OMS passou a considerar a Europa como o centro ativo da Covid-19. Em 14 de março a Espanha decretou a primeira experiência de provável medida de contenção de propagação de contágio, o lockdown. Nessa fase, apenas serviços considerados essenciais poderiam funcionar, como supermercados, farmácias e hospitais (Sá).

Consequentemente foi possível observar que a prática de isolamento minimizava a ampliação do contágio do vírus, porém tais medidas também evidenciaram as desigualdades sociais encontradas no cenário brasileiro, o que por sua vez, impactaram diretamente nas relações sociais, econômicas e psicológicas da população (Carvalho; Werneck, 2020).

Sendo assim, notou-se a necessidade de implantar medidas que mitigassem a disseminação do vírus, mas que em contrapartida, também estivesse atenta à fragilidade social, mantendo as necessidades básicas atendidas, dentre elas, a educação.

2.2 A Pandemia no Estado do Pará

O Estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, ocupa cerca de 1.245.828,829 km² de extensão territorial e, com uma população estimada de 8.711.196 habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 6,52 habitantes por km² e índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,69 (IBGE, 2022).

No Estado do Pará a Covid-19 demorou algumas semanas para a confirmação do primeiro caso da doença, enquanto no Brasil o coronavírus já estava circulando desde o dia 26 de fevereiro de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso da doença no país. No dia 18 de março de 2020, o primeiro caso de Covid-19, relatado no Estado do Pará, e em apenas uma semana da primeira confirmação, o Estado já estava registrando 9 casos confirmados. Os casos se aceleraram, chegando a 41 registros em sete dias após o primeiro registro (Cavalcante, 2020).

No município de Tomé-Açu, foram registrados 4.587 casos confirmados, seguido de 95 mortes provocadas pela Covid-19, desde o seu primeiro registro até 20 de maio de 2022, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. Desde então os casos da doença se proliferaram entre os 144 municípios do estado, sendo 768.780 casos confirmados, seguido de 18.299 mortes no

estado, até 06 de maio de 2022, segundo informado pela Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA, 2022).

2.3 O Impacto da pandemia na educação

Muitos países usaram como método para evitar a disseminação do vírus o distanciamento social, o que causou o fechamento de unidades escolares, que atingiu o pico de 1,7 bilhão de estudantes afetados (90% de todos os estudantes no mundo), de diferentes níveis e faixas etárias em até 193 países durante o ano de 2020 (UNESCO, 2022).

Uma das estratégias para a promoção das atividades de ensino foi a implementação do Ensino Remoto e a ampliação do Ensino a Distância - EAD. Porém, observou-se uma limitação individual e/ou estrutural, uma vez que o acesso à internet seria o básico para fazer os envolvidos realizarem suas atividades educacionais.

Mesmo sabendo que a intensidade do uso de ferramentas virtuais no meio educacional já vinha aumentando nos últimos anos, conforme destacado por Meurer et al. (2020), é uma mudança enorme e perturbadora transformar didáticas de ensino presenciais em on-line em questão de dias, sem haver projetos, materiais e suportes adequados (Bao, 2020). Toda experiência anterior com tecnologia na educação ganhou maior importância.

2.4 A inclusão digital e o Ensino Remoto Emergencial (ERE)

De acordo com Silveira et al. (2020) a multimídia, a telemática e a internet possibilitam novas formas de ler e escrever, o que por sua vez influenciam diretamente no comportamento social e funcionam como ferramentas tecnológicas que interferem no modo de pensar e agir dos seres humanos, dessa forma, é necessário que as pessoas aprendam sobre a tecnologia, através dela e com ela.

No entanto, para que a sociedade possa desfrutar dos benefícios que a tecnologia pode proporcionar é necessário abordar o cenário de desigualdade que os brasileiros enfrentam para utilizar as ferramentas tecnológicas e até mesmo para terem acesso a internet, tendo em vista o contexto extremamente voltado para a tecnologia que sugere a aplicação de políticas que possam estabelecer a conectividade a todas as classes (CGIBr, 2024).

Por conseguinte, apesar da pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros ter revelado um avanço no acesso à internet, atingindo 84% dos lares brasileiros, o que corresponde a cerca de 64 milhões de residências, ainda sim foi possível observar por meio da pesquisa que as classes D e E seguem conectados em proporções inferiores às classes A, B e C, uma vez que nestas o acesso a internet nos domicílios já era praticamente universal. Além disso, no que se refere a regiões brasileiras, a região Norte e Nordeste permanecem sendo as com menos acesso a internet (CGIBr).

No entanto, cerca de 70 milhões de brasileiros não possuem acesso ou detêm um acesso precarizado à internet, tendo em vista o acesso à internet através de pacotes limitados e sem Wi-Fi (IBGE, 2019). Segundo a pesquisa TIC Domicílios de 2018, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR, 2020), lugares afastados, mesmo nos grandes centros urbanos, não possuem equidade na qualidade de sinal.

2.5 As Universidades

No Brasil, as Universidades foram inicialmente influenciadas por uma perspectiva funcionalista que via na educação uma forma de vincular o aprendizado à sociedade e ao governo. Dessa forma, a educação era voltada às necessidades sociais com a função de servir à Nação. Pereira (2009) avalia que a universidade era vista apenas como instrumento para formação profissional e política dos cidadãos. Esse modelo educacional, desenvolvido na França e em países socialistas, é conhecido como Modelo Napoleônico.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se a noção de que a educação é direito de todos e um dever do Estado e da família (art. 205, caput), tendo como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, I). Ademais, com as políticas de expansão e reestruturação do Estado que ocorreram no século XX, as Universidades se tornaram amplas e heterogêneas, tendo um padrão de qualidade social, efetivado pela indissociabilidade entre o ensino, a extensão e a pesquisa.

O Censo de Educação Superior (Brasil, 2020) existem no país, 2.608 Instituições de Educação Superior (IES), dessas, 2.306 são privadas e 302 públicas. Do total de 8,6 milhões de matrículas no Nível Superior, a maior parte, 6,5 milhões está na rede privada.

2.6 A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

A história da UFRA se inicia aproximadamente em 1951 com a criação da Escola de Agronomia da Amazônia - EAA que depois transformou-se na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP. Com o passar dos anos, juntamente com a trajetória institucional adquirida, foi surgindo as demandas regionais que ocasionaram, no ano de 2002, a transformação da FCAP para Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA, 2021).

Desse modo, a UFRA foi estruturada em quatro institutos de caráter inter, multi e transdisciplinar, sendo eles: Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA), Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH), e Instituto Ciberespacial (ICIBE). Visando a execução integrada de ensino, pesquisa e extensão, foi implementado um planejamento de expansão que resultou na abertura de *campi* fora de sede em municípios estratégicos: Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu, reforçando seu papel no desenvolvimento sustentável da Amazônia (UFRA, 2021).

Atualmente, a UFRA (2021) possui mais de 8 mil alunos distribuídos entre os 37 cursos nos diversos campi (UFRA).

A universidade implantou o Campus no Município de Tomé-Açu no ano de 2013, com o intuito de abranger uma região conhecida como Vale do Acará, nordeste paraense, iniciando suas atividades em 2014, oferecendo inicialmente os cursos de Ciências Contábeis e Administração, logo após no ano seguinte foram inseridos os cursos de Engenharia Agrícola, Licenciatura de Letras e Licenciatura em Ciências Biológicas e em 2017, o campus concretizou sua expansão ao inaugurar sua sede própria (UFRA, 2023).

2.7 Medidas de Continuidade de Atividades de Ensino no Âmbito da UFRA

Para os sociólogos Branco, Conte e Habowski (2020), a permanência do estudante perpassa pela qualidade da educação a ele oferecida, além das condições de permanência e perspectivas de melhoria para se evitar a perpetuação da reprodução, desigualdades sociais e culturais.

Dessa forma, as plataformas digitais, aulas gravadas e atividades supervisionadas remotamente pelos professores, passaram a ser ferramentas diferenciais e significativas para a aprendizagem de grande parte dos alunos, ou seja, o que antes era opcional, passou a ser o principal meio de comunicação e a ferramenta essencial para a continuidade das práticas educacionais (Silva & Teixeira, 2020).

Embora as tecnologias da informação e comunicação tenham sido utilizadas para a realização de atividades a distância e os professores tenham substituído o ensino presencial pelo ensino on-line da noite para o dia, nem todos conseguiram acessar essas novas tecnologias de forma tranquila, sendo assim, se tornou uma ferramenta possível, porém com dificuldades de uma implementação eficaz (Silva & Teixeira, 2020).

Segundo a Cetic.br (2020) ocorreu aumento na realização de atividades on-line durante a pandemia. No entanto, a pesquisa demonstrou que as desigualdades no aproveitamento das

oportunidades on-line ainda persistem. Cidadãos pertencentes à classe C, por exemplo, realizaram mais cursos à distância e estudaram mais por conta própria em 2020 em relação a 2019, mas ainda em proporções inferiores aos da classe A.

Diante da necessidade de adaptação à nova realidade imposta à educação, as universidades públicas precisaram se adequar ao ensino remoto para que os discentes pudessem voltar a estudar, todavia, tal necessidade foi de encontro à problemática da inclusão digital, para a qual não foram preparados, já que a implementação do ensino totalmente remoto foi algo sem planejamento prévio, uma vez que a pandemia foi algo atípico (Moreira & Silva, 2023).

Passados quase dois meses do início da pandemia, apenas 6 das 69 universidades federais do país tinham adotado o ensino em modelo à distância, frisando o dissenso entre essas instituições e o que propunha o MEC (Paixão, 2020). Assim como a UFRA, outras IES divulgaram nota oficial sobre a suspensão das atividades presenciais, declarando “a impossibilidade de garantir que todos os discentes tivessem acesso aos materiais virtuais como as videoaulas”, foi então posto o desafio de garantir a continuidade das atividades de ensino (UFRA, 2020).

2.8 Programa Auxílio Inclusão Digital

Para viabilizar o acompanhamento das aulas remotas, a UFRA, por meio Pró-reitora de Assuntos Estudantis – PROAES, desenvolveu o Programa Auxílio Inclusão Digital – Chip (Pacote de dados), em consonância com a Resolução 260/2019 – PROAES (UFRA, 2021). Segundo o Item 2 do Edital N° 06/2021 (UFRA, 2021), o Programa foi constituído pelo fornecimento de pacote de dados móveis de Serviço Móvel Pessoal, durante o período da pandemia.

Os requisitos de participação no Programa, segundo o Item 3 do Edital N° 06/2021 eram: Estar matriculado e cursando disciplinas no semestre vigente à solicitação do auxílio; estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica; declarar renda familiar per capita de até um salário-mínimo; aderir ao Cadastro Único (UFRA, 2021). Ainda segundo o edital, a PROAES e a equipe técnica dos campi convocariam os discentes por meio de e-mail para assinatura do termo de compromisso e receberiam orientações para o recebimento do chip. Em caso de trancamento, abandono ou conclusão do curso, o auxílio seria cancelado imediatamente, não havendo a necessidade de devolução do chip.

3 METODOLOGIA

O método da pesquisa foi qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de analisar a efetividade do programa Auxílio Inclusão Digital, executado no período da Pandemia de Covid-19, na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), Campus Tomé-Açu. O *lôcus* de realização da pesquisa foi na UFRA, Campus de Tomé-açu.

No intuito de se compreender qual seria a amostra necessária para alcançar os objetivos traçados para esta pesquisa, coube primeiramente compreender a população. Para tanto, encaminhou-se um ofício para a Pró-reitora de Assuntos Estudantis – PROAES, solicitando: a) O número total de beneficiários do Programa, ano a ano, de toda a UFRA; b) O número total de beneficiários do Programa do Campus Tomé-açu, ano a ano; c) O número total de beneficiários do Programa de cada curso no Campus de Tomé-Açu. O e-mail em resposta ao ofício encaminhado pela Pró-reitora, informou que os contemplados com os chips foram 241 discentes, no entanto, apenas 161 fizeram a retirada do Chip, o que correspondeu a 66% dos beneficiários atendidos. Os motivos para a não retirada, não entraram no escopo deste Trabalho.

Para se compreender a efetividade do Programa de Auxílio Inclusão, seria necessário não apenas saber sobre os discentes que fizeram retiradas do Chip, mas também quantos desses alunos permaneceram ativos na Instituição.

Sabendo que o quantitativo total efetivo de discentes que fizeram uso do auxílio foi de 161 discentes, tornou-se necessário tomar uma decisão acerca do tipo de amostragem a ser utilizada. Adotou-se, então, a amostragem não-probabilística, uma vez que não se teve acesso a todos os integrantes desta população (Henrique, 2012). Desse modo, selecionou-se uma amostragem, em um subgrupo da população, que, com base nas informações disponíveis, é considerado representativo levando em consideração a população. Nessa perspectiva, se obteve uma amostra de 88 respondentes, o que equivale a 35% dos respondentes. De acordo com os cálculos amostrais que envolvem uma amostra não-probabilística, o quantitativo de respostas recebidas foi suficiente para o prosseguimento da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi de um questionário no formato eletrônico elaborado pela ferramenta online Google Forms®, que é uma plataforma digital gratuita disponível para todos os usuários que possuem uma conta Gmail (Bijora, 2018). A escolha da aplicação do formulário online foi devido corresponder às orientações de distanciamento social, pois pode ser aplicado de forma não presencial. Além disso, os formulários digitais garantem eficiência em atingir um número maior de respondentes.

4 SEÇÃO DE RESULTADOS

O questionário foi tabulado em cinco etapas, que são elas: I – Informações Socioeconômicas; II - Informações Acadêmicas; III - Informações de Disponibilidade de Aparatos Tecnológicos; IV - Efetividade do Programa Inclusão Digital – CHIP; V - Nível de Satisfação do Programa.

Na primeira seção, procurou-se saber as informações socioeconômicas dos usuários do Programa Auxílio Inclusão Digital da UFRA, Tomé-Açu. Quando perguntado sobre o sexo dos respondentes, foi constatado que a maioria era do sexo feminino com 55,7% das respostas. Sobre o estado civil, 59,1%, dos respondentes eram solteiros, 19,3% casados e 19,3% viviam em união estável.

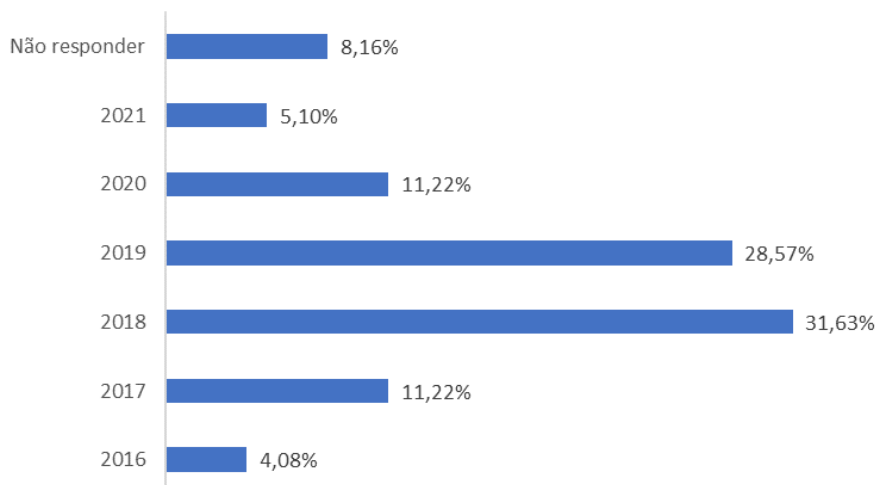
A maioria dos respondentes (47,7%) tinham entre 16 e 25 anos, 43,2% entre 26 e 35 anos, 9,1% tinham entre 36 e 50 anos. Nenhum respondente afirmou que tinha mais de 51 anos. Com o objetivo de conhecer a renda familiar dos usuários, apresentou-se os resultados a seguir: a maior parte dos respondentes (56,8%) disse que sua renda familiar é de um a dois salários-mínimos, enquanto uma parcela deles (22,7%) preferiu não informar sua renda.

Com base nas respostas apresentadas, destacou-se que a quase a totalidade da amostra (95,5%) moravam com uma pessoa ou mais, sendo que apenas 4,5% moravam sozinhas e que 47,7% dos respondentes residiam no distrito de Quatro Bocas, 44,3% na sede do município de Tomé-Açu e 8% residiam em outros municípios.

Foi questionado em que ano os respondentes ingressaram na UFRA, destacando-se que os entrevistados iniciaram os estudos na seguinte ordem de anos 2016 4,08%, 2017 11,22%, 2018 31,63%, 2019 28,57%, 2020 11,22%, 2021 5,10% e 8,16% dos entrevistados optaram por não responder a pergunta, sendo assim, pode-se observar conforme apresentado na figura 1 abaixo que a maioria dos alunos ingressaram na universidade um ano antes da pandemia do Covid- 19.

Figura 1

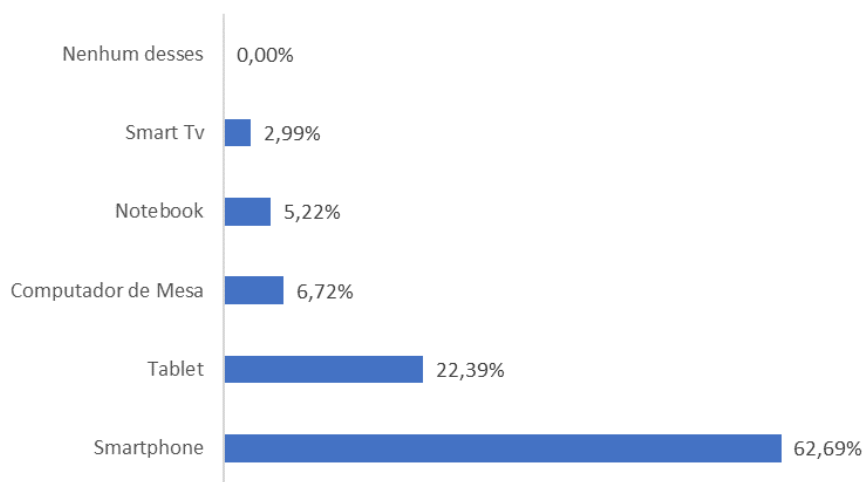
Ano que o discente ingressou na Universidade



Ademais, ao perguntar sobre qual o curso está matriculado, obteve-se os seguintes resultados bem como está sendo listado na figura 2: Administração e Engenharia Agrícola com os mesmos percentuais (21,6%); 20,5% Ciências Contábeis; 19,3% Licenciatura em Ciências Biológicas; e 17% Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa.

Figura 2

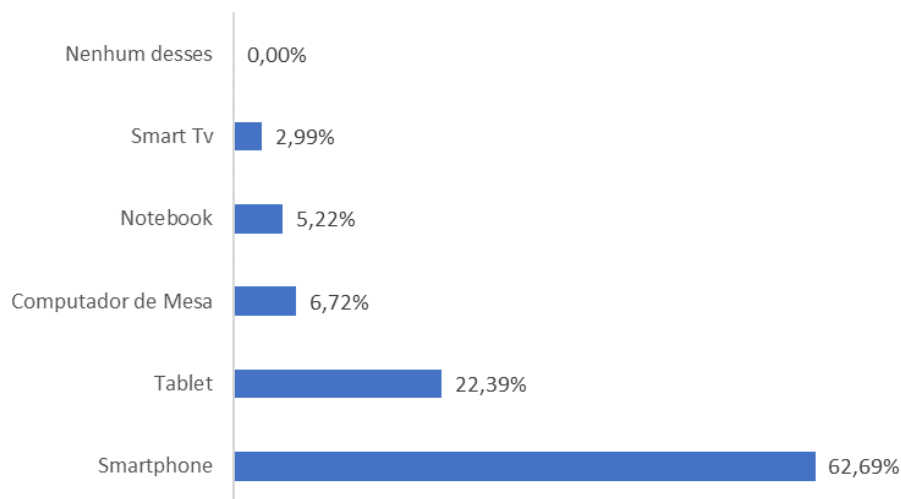
Curso que o discente está matriculado



Com o objetivo de saber se no período da suspensão das aulas presenciais, os respondentes estavam trabalhando, apresentou-se que os respondentes, em sua maioria (52,3%) não trabalhava no período de março de 2020 a abril de 2022; 29,5% trabalharam em período parcial, e 18,2% trabalharam apenas durante o período de suspensão das aulas presenciais.

Quando perguntado se no período de aulas remotas eles possuíam dispositivos de Tecnologia de Informação e Comunicação-TIC, as respostas foram descritas na Figura 3.

Figura 3
Acesso a dispositivos tecnológicos



Quando indagados como se davam e de quais dispositivos eram feitos os acessos à plataforma de ensino da UFRA (SIGAA), destacou-se o smartphone em sua maioria (93,2%), notebook com 36,4%, computador de mesa com 5,7%, e o tablet com 4,5% das respostas. Quando perguntado se o celular era compatível com a banda 4G, averiguou-se que 96,6% dos respondentes tinham o celular compatível com a banda 4G, e somente 3,4% não tinham o celular compatível.

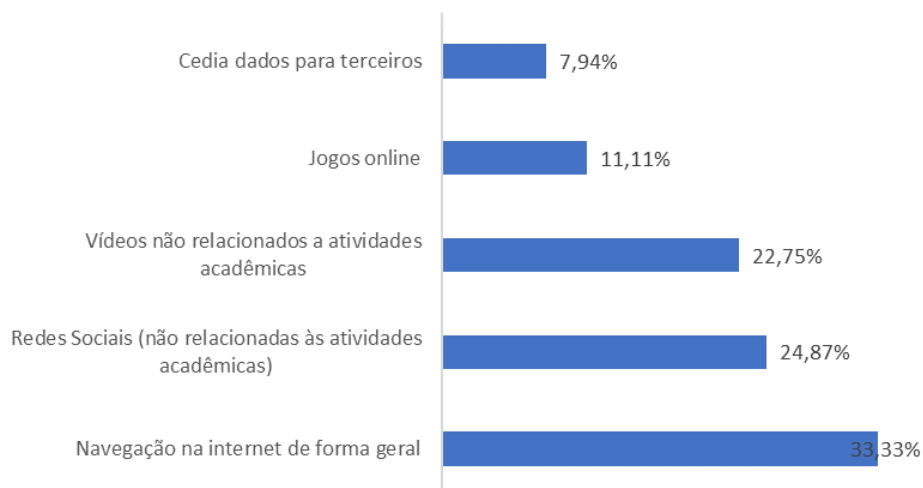
Também foi perguntado se durante o período de estudos o sinal da operadora ficava na banda 3G ou 4G e observou-se que o sinal da operadora ficava 4G, representando um percentual de 48,9%. Uma parte dos respondentes também informou que o sinal ficava 3G, o que representa 33% do percentual total, 18,2%, não soube responder em relação ao sinal.

A seguir, perguntou-se em que ano o aluno acessou o Programa Auxílio Inclusão Digital. Os usuários puderam selecionar mais de uma opção, em função da possibilidade de solicitar benefícios em outros anos. Observou-se que 69,3% foram beneficiados pelo programa no ano de 2020. Já 73,9% conseguiram o benefício no ano de 2021, e 20,5% no ano de 2022.

Foi questionado se houve alguma instrução referente ao uso do pacote de dados e 61,22% dos participantes respondeu que não, 30,61% respondentes disseram que obtiveram instruções e o restante (8,16%) optou por não responder. Dezesseis participantes informaram que tiveram problemas com o seu chip, no qual somente foi realizada a troca de 3 chips destes respondentes.

Durante o tempo no programa, 87,5% dos usuários disseram que não tiveram nenhum suporte técnico. E quando questionado se o pacote de dados servia para outros acessos além da finalidade para estudo, 81,8% responderam positivamente e 18,2% negativamente. Procurou-se saber que outros tipos de acessos os beneficiários do programa utilizavam do pacote de dados (Figura 4).

Figura 4
Tipo de uso de dados



Quando questionados sobre a oscilação de acordo com a localização do acesso, 94,3% informaram haver oscilação e 5,7% afirmaram não haver oscilação. Para 69,3% o pacote de dados era suficiente para ser usado nas aulas e pesquisas.

Indagados sobre o grau de satisfação com a velocidade da internet, as respostas evidenciaram os resultados expostos na Tabela 1.

Tabela 1
Satisfação em relação a velocidade da internet

NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A VELOCIDADE DA INTERNET	RESULTADO
Muito Satisfeito	15%
Satisfeito	47%
Muito Insatisfeito	6%
Insatisfeito	15%
Indiferente	18%
Número de respondentes	100%

Com relação à franquia de dados do pacote de internet disponibilizado, observou-se que a maioria (52,3%) dos respondentes se sentiram satisfeitos, 2,3% muito satisfeitos, 9,1% sentiram-se insatisfeitos, 5,7% estavam muito insatisfeitos. 30,7% relataram indiferença em relação a franquia de dados do pacote de dados.

A Tabela 2 apresenta os resultados sobre a satisfação com a operadora do chip.

Tabela 2
Satisfação em relação a operadora do Chip

Nível de satisfação com a operadora do Chip	Resultado
Muito Satisfeito	4,5%
Satisfeito	21,6%
Muito Insatisfeito	5,7%
Insatisfeito	22,7%
Indiferente	45,5%
Número de respondentes	100%

Quanto ao tempo de duração do programa, observou-se que 36,4% dos usuários estavam satisfeitos com o tempo do programa, 11,4% muito satisfeitos, 33% sentem-se indiferentes e 19,3% relataram insatisfação.

Em relação ao nível de satisfação geral com o programa, observou-se que 51,1% sentiram-se satisfeitos com o programa, 20,5% relataram ser indiferença, 18,2% declararam-se muito satisfeitos, 5,7% relataram muita insatisfação e 4,5% insatisfação.

Por fim, procurou-se saber a opinião dos respondentes em relação à continuação e o atingimento dos objetivos do programa. Para 94,3% dos beneficiários o programa deveria continuar e para a maioria dos usuários (70,9%) o objetivo do programa foi atendido, demonstrando que o programa Auxílio Inclusão digital da UFRA, foi efetivo em seus objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia ocorrida na última década evidenciou maiores desafios aos complexos problemas educacionais no Brasil. Para tanto, a presente pesquisa buscou analisar a efetividade do Programa Auxílio Inclusão Digital da UFRA, nos anos de 2020 a 2022.

Como limitações, destacam-se que não foram encontradas informações completas e organizadas a respeito do Programa em sites oficiais da instituição de ensino superior, o que se busca em questão de transparência. Considerou ser necessário que as informações coletadas deveriam ser apresentadas de forma proativa pela Pró-reitora responsável pelo Programa (pelo site institucional ou por redes sociais oficiais), uma vez que se tratou de um programa importante, envolveu somas de recursos públicos e, dessa forma, permitiria o mínimo de controle social. Além disso, observou-se que a UFRA não buscou informações sobre o destino dos diversos chips não coletados após o encerramento do programa.

Após o retorno às atividades presenciais, a UFRA poderia ter amadurecido o programa ou, ainda, dar continuidade a ele com melhorias, a exemplo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), que através de processos regulamentados por editais específicos contemplou, em 2021, 601 estudantes de graduação e de pós-graduação com auxílio financeiro no valor de R\$ 900,00 para aquisição de equipamentos, acessórios e suportes gerais para viabilizar o acesso aos conteúdos acadêmicos de forma remota.

Como parte do estudo, buscou-se agregar conhecimento ao vasto campo de estudos sobre a pandemia de Covid-19, o papel das tecnologias de informação e comunicação na educação, e outros temas na tentativa de documentar diversos aspectos desse histórico período crítico.

A UFRA é uma instituição de grandes conquistas históricas enquanto centro de produção de conhecimento e ciência na Amazônia, região com profundos problemas socioeconômicos, isolados geograficamente e de grande importância política. Sendo assim, adaptações, desafios e necessidade de mais flexibilidade fizeram parte do período da pandemia de Covid-19, principalmente no campo da educação.

Para tanto, a implementação de ferramentas mitigadoras de desigualdades sociais, seja no cenário pandêmico, seja pós-pandemia do Covid-19, faz-se necessário para garantir aos alunos o acesso à educação e, conseqüentemente, sua continuidade no âmbito escolar.

Observou-se, portanto, que para a permanência desses alunos na universidade, foi de grande relevância a implementação e oferta do programa, a fim de que não ocorresse a evasão acadêmica durante o período de ensino remoto e de restrições sanitárias na UFRA do campus de Tomé-Açu.

REFERÊNCIAS

- Aquino, E. M. L., et al. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: Potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(6), 2423–2446.
- Bao, W. (2020). COVID-19 and online teaching in higher education: A case study of Peking University. *Human Behavior and Emerging Technologies*, 2(2), 133–115.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Branco, L. S. A., Conte, E., & Habowski, A. C. Evasão na educação a distância: Pontos e contrapontos à problemática. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 25(1), 132–154.
- Brasil. (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008*. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Cardoso, R. F., et al. (2021). COVID-19: Um desafio epidemiológico. *Research, Society and Development*, 10(7), e32110716313–e32110716313.
- Cavalcante, J. R., Cardoso-Dos-Santos, A. C., Bremm, J. M., et al. (2020). COVID-19 no Brasil: Evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde: Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil*, 29(4), e2020376. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000400010>
- CETIC.BR - Comitê Gestor da Internet no Brasil. (s.d.). *Cresce o uso de Internet durante a pandemia e número de usuários no Brasil chega a 152 milhões, é o que aponta pesquisa do Cetic.br*. Recuperado de <https://abre.ai/ceticbr>
- CGIBr - Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2024). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023* (1a ed.). Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.
- Díaz-Pinzón, J. E. (2020). Proyección de la propagación del COVID-19 em Colombia. *Revista Med*, 28(1), 11–20. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-52562020000100011
- Dourado, S. P. da C. (2020). A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em “grupo de risco”. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), 29(Supl.), 153–162. <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/169970>
- Dovbysh, D., et al. (2021). Impact of personality hardiness on anxiety dynamics during the COVID-19 outbreak in russia. *European Psychiatry*, 64(S1), S284–S284.

- Fantin, R., Brenes-Camacho, G., & Barboza-Solís, C. Defunciones por COVID-19: Distribución por edad y universalidad de la cobertura médica en 22 países. *Revista Panamericana de Salud Pública*. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53770?locale-attribute=pt>
- Galisa, S. L. G., et al. (2021). Influência da suscetibilidade genética na incidência e mortalidade de COVID-19 (SARS-CoV-2). *Research, Society and Development*, 10(1).
- Goessler, K. F., et al. (2020). Outpatient screening of health status among post-bariatric patients during the Covid-19 pandemic in Sao Paulo, Brazil. *Obesity (Silver Spring, Md.)*.
- Gomes, G. G. C., et al. (2020). Perfil epidemiológico da Nova Doença Infecciosa do Coronavírus-COVID-19 (Sars-Cov-2) no mundo: Estudo descritivo, janeiro-junho de 2020. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(4), 7993–8007.
- Henrique, S. (2012). *Manual de amostragem: Conceitos e métodos*. Programa de Doutorado em Educação, Universidade Aberta do Brasil (UAB). https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4861/3/Amostragem_SH-2012.pdf
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). *Pará, cidades e estados*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>
- JHU – John Hopkins University. Center for Systems Science and Engineering. (s.d.). *COVID-19 Dashboard*. <https://coronavirus.jhu.edu/>
- Leeb, R. T., et al. (2020). COVID-19 trends among school – aged children — United States, March 1–September 19, 2020. *Morbidity and Mortality Weekly Report*, 69(39), 1410.
- Maia, C. (2020, 1 de abril). *Veja a evolução do coronavírus no Pará e a relação de casos por município*. G1. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/04/01/veja-a-evolucao-do-coronavirus-no-para-e-a-relacao-de-casos-por-municipio.ghtml>
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2010). *Metodologia científica* (7a ed.). Atlas.
- Meurer, A. M., Lopes, I. F., Antonelli, R. A., & Colauto, R. D. (2020). Experiências na pós-graduação, comportamento nas redes sociais e bem-estar. *Educação & Realidade*, 45(1), 1–24.
- Ministério da Saúde do Brasil. (s.d.). *Coronavírus Brasil*. <https://covid.saude.gov.br/>
- Moreira, D. A. A., & Silva, M. A. da R. (2023). O ensino remoto emergencial nas IES durante a pandemia de COVID-19 - uma revisão sistemática da literatura. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, 10. <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/924>
- Organização Mundial da Saúde, et al. (2021, 25 de maio). *COVID-19 weekly epidemiological update* (Edição 41). WHO.INT. <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19---25-may-2021>

Paixão, A. (2020, 14 de maio). Só 6 das 69 universidades federais adotaram o ensino a distância após paralisação por causa da Covid-19. G1. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/14/so-6-das-69-universidades-federais-adotaram-ensino-a-distancia-apos-paralisacao-por-causa-da-covid-19.ghtml>

Prefeitura Municipal de Tomé-Açu. (s.d.). <https://www.prefeituratomeacu.pa.gov.br/>

Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis - UFRA. (2021). *Editais N° 01/2021-Auxílio Inclusão Digital - Chip (pacotes de dados móveis)*. https://proaes.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=277&catid=57&Itemid=275

Ribeiro, J. A. C., Lalanda, C., & Bugalho, A. (2021). Unidade de Vigilância Intensiva COVID-19 do Hospital CUF Tejo, fevereiro 2021: Memory Lane. *Gazeta Médica*.

Sá, D. M. de. (s.d.). *Especial Covid-19: Os historiadores e a pandemia*. COC Fiocruz. <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html>

Santos, J. R. M. dos, et al. (2021). Os riscos da automedicação por hidroxycloquina frente a Pandemia de COVID-19: The risks of hydroxychloroquine self-medication in front of the COVID-19 Pandemic. *Brazilian Journal of Health Review*, 4(3), 11185–11204.

SESPA - Secretaria de Saúde do Estado do Pará. (s.d.). *Coronavírus*. <http://www.saude.pa.gov.br/coronavirus/>

Silva, A. (2020). Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23.

Silva, C. C. S. C. da, & Teixeira, C. M. de S. (2020). O uso das tecnologias na educação: Os desafios frente à pandemia da COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, 6(9), 70070–70079. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-452>

Silveira, S. R., Bertolini, C., Parreira, F. J., da Cunha, G. B., & Bigolin, N. M. (2020). O papel dos licenciados em computação no apoio ao ensino remoto em tempos de isolamento social devido à pandemia da COVID-19. *Série Educar-Prática Docente*, 40, 35–42.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (s.d.). *COVID-19 education response*. <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia. (2021). *História*. https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=268

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Tomé-Açu. (2023). *Sobre o Campus*.

https://tomeacu.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=133&Itemid=311

Werneck, G. L., & Carvalho, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: Crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5), e00068820. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (C. M. Herrera, Trad.; 5a ed.). Bookman.